



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MURIBECA
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO**

**RELATÓRIO TRIMESTRAL
CONTROLE INTERNO**

I – INFORMAÇÕES

PREFEITO: Fernando Ribeiro Franco Neto

Período do Exame: **01.04.2016 a 30.06.2016**

II – INTRODUÇÃO

Em cumprimento o mandamento Constitucional, e as disposições da Lei Complementar n. ° 101/2000, realizamos o exame das despesas da Prefeitura Municipal de Muribeca, relativas ao período de em **01.04.2016 a 30.06.2016**, com o objetivo de verificar a regularidade da execução orçamentária, financeira, patrimonial e operacional, bem como o cumprimento das disposições legais pertinentes.

III – FONTES DE CRITÉRIOS, PROCEDIMENTOS E ALCANCE.

Os trabalhos do controle interno foram conduzidos de acordo com os Princípios de Contabilidade Pública e com as normas e procedimentos constantes na Resolução n. ° 206/2001, de 1.º/11/2001 do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe.

- Constituição Federal e Constituição Estadual;
- Lei Federal n. ° 4.320/1964 – Institui Normas Gerais de Direito Financeiro para a Elaboração dos Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- Lei Federal n. ° 8.666/1993 e alterações posteriores – Instituem normas para licitações e contratos na Administração Pública;

(R)



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MURIBECA
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO

- Lei Complementar n.º 101/2000 - Estabelece normas de finanças públicas voltadas para responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências;
- Resoluções e Pareceres do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe;
- Portarias da secretaria do Tesouro Nacional.

Os principais procedimentos de controle utilizados foram os seguintes:

- Levantamento de dados orçamentários, financeiros e patrimoniais no sistema Contábil, confrontando-os com a documentação suporte;
- Conferência de cálculo;
- Exame de processos de despesas;
- Certificação do Repasse da Prefeitura Municipal;
- Exame nos controles do material permanente;
- Exame nos controles do material de consumo;
- Exame de procedimentos licitatórios e respectivos contratos e termos aditivos;
- Análise no cumprimento as normas da Lei de Responsabilidade Fiscal;

Os trabalhos do controle interno abrangem o período de 01.04.2016 a 30.06.2016 e alcançaram as áreas a seguir relacionadas:

- Orçamento inicial e suas alterações;
- Execução Orçamentária e Financeira;
- Contabilidade;
- Licitações;
- Restos a pagar.

RESULTADO DO CONTROLE

O relatório do controle interno baseia-se na análise dos fatos abaixo demonstrados:

CONTABILIDADE:

Encontram-se os balancetes atualizados até o corrente mês para ser entregue ao Legislativo, assinado pelo Contador e Prefeito.

(Raj)



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MURIBECA
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO

ORÇAMENTO

O Orçamento do Município para o Exercício de 2016, aprovado pela Lei Municipal nº. 357, de 30 de Dezembro de 2015, estimou a Receita em **R\$ 23.000.000,00 (Vinte e três milhões de reais)** e fixou a Despesa em **23.000.000,00 (Vinte e três milhões de reais)**, conforme quadro demonstrativo abaixo:

I - RECEITA PREVISTA	VALOR
RECEITAS CORRENTES	21.769.000,00
- Receita Tributária	435.300,00
- Receita de Contribuição	1.000,00
- Receita Patrimonial	92.600,00
- Receita de Serviços	200,00
- Transferências Correntes	23.424.800,00
- Outras Receitas Correntes	110.440,00
- (-) Dedução p/ Formação do Fundeb	(2.295.340,00)
RECEITA DE CAPITAL	1.231.000,00
- Operações de Crédito	1.000,00
- Alienação de Bens	106.000,00
- Transferências de Capital	974.000,00
- Outras Receitas de Capital	150.000,00
TOTAL DAS RECEITAS	23.000.000,00
II - DESPESAS FIXADAS	VALOR
DESPESAS CORRENTES	20.330.141,00
- Pessoal e Encargos Sociais	12.161.900,00
- Outras Despesas Correntes	8.168.241,00
DESPESAS DE CAPITAL	2.654.359,00
- Investimentos	2.504.359,00
- Amortização da Dívida	150.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.500,00
TOTAL DAS DESPESAS	23.000.000,00

R\$ em R\$



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MURIBECA
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO

ALMOXARIFADO

O Almojarifado mantém todos os registros de materiais com sua descrição e preço de aquisição, objetivando um perfeito controle dos recebimentos, armazenamento e distribuição, de entrada e saída, atualizado até a presente data.

PATRIMÔNIO:

O livro de patrimônio encontra-se devidamente atualizados e com as devidas plaquetas numeradas.

V - CONCLUSÃO

Este exame teve o objetivo de verificar a legalidade das transações operacionais da Prefeitura Municipal de Muribeca, de forma a nos permitir um conhecimento geral do funcionamento deste Poder Executivo, exercendo função específica de fiscalização quanto ao cumprimento da Lei Federal n.º 4320/64, Lei de Responsabilidade Fiscal, Normas Orçamentárias, Contábeis, Financeiras e Patrimoniais; A fim de servir de suporte e apoio ao Controle Externo no cumprimento de sua missão institucional, bem como, avaliar a legitimidade e eficiência dos atos da execução orçamentária de forma prévia e concomitante.

Os elementos que serviram de base para a presente análise e relatório, estão arquivados por este Setor de Controle Interno, a disposição dos Órgãos de Controle Externo.

Prefeitura Municipal de Muribeca, 30 de Junho de 2016.

Rafael S. de Gois
RAFAEL SANTOS DE GOIS
Controlador Geral do Município



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MURIBECA
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO**

CERTIDÃO

Certifico para os devidos fins que, o relatório de Controle Interno, relativo ao 2º Trimestre do **Exercício de 2016**, exercendo função específica de fiscalização quanto ao cumprimento da Lei Federal nº. 4320/64 de 17/03/64, bem como com as normas técnicas e procedimentos contábeis constantes na Instrução nº. 206/2001 de 01/11/2001 do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, Lei de Responsabilidade Fiscal, Normas Orçamentárias, Contábeis, Financeiras e Patrimoniais; obedecendo todos os parâmetros da Contabilidade Pública, em conformidade com a Legislação vigente a fim de servir de suporte e apoio ao controle Externo no cumprimento de sua missão institucional, bem como, avaliar a legitimidade e eficiência dos atos da execução orçamentária de forma prévia e concomitante.

Prefeitura Municipal de Muribeca, 30 de Junho de 2016.

Rafael Santos de Gois
RAFAEL SANTOS DE GOIS
Controlador Geral do Município